

Falta de pagamento de contas de água e luz bate recorde em dezembro, diz Serasa

Inadimplência em faturas de serviços básicos foi de 23,6% no mês; especialistas atribuem calotes a suspensão de cortes e fim do auxílio

Larissa Garcia

BRASÍLIA A inadimplência no pagamento de serviços básicos, como água e luz, bateu recorde em dezembro. Segundo a Serasa, o percentual foi de 23,6%, maior valor de toda a série histórica iniciada em janeiro de 2018. O número representa um aumento de 0,8 ponto percentual em um mês.

Os calotes nessas contas cresceram mês a mês desde o início da pandemia, em março, quando começaram as medidas de restrição para conter a transmissão do vírus. De lá para cá, o índice cresceu 2,1 pontos percentuais.

Especialistas atribuem a alta à suspensão dos cortes desses serviços por falta de pagamento, medida adotada durante a pandemia de Covid-19 para evitar uma deterioração da situação das famílias, cujas finanças foram impactadas pela disseminação do vírus e pelas restrições à circulação promovidas para contê-lo.

A Aneel (Agência Nacio-

nal de Energia Elétrica), por exemplo, proibiu o corte do fornecimento de energia elétrica para consumidores de baixa renda inadimplentes até 31 de dezembro do ano passado. Para os demais, a determinação valeu entre março e agosto. No fornecimento de água, alguns estados e municípios proibiram cortes e flexibilizaram regras para quem não conseguiu honrar os compromissos.

O economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, diz acreditar que essa pode ser uma decisão racional do consumidor. "Pode ser uma forma de se financiar na pandemia, ter recursos em momento de incerteza. Se a pessoa perdeu renda e sabe que não terá o serviço cortado, ela pode optar por pagar outra conta", afirma.

Para o pesquisador, antevedo o fim do auxílio emergencial, muitos podem ter guardado recursos, o que pode explicar a alta da inadimplência nas contas básicas no mês. "Além disso, dezem-

bro não foi um mês tão gordo quanto costuma ser porque o 13º salário dos aposentados foi antecipado", diz.

Segundo Neri, essas contas comprometem mais a renda dos mais pobres. "Os valores são mais importantes para quem ganha menos. A expectativa é de crescimento da pobreza com o fim do auxílio, o que deve piorar a situação", diz Neri.

Em setembro, a parcela do benefício pago pelo governo aos mais pobres foi reduzida de R\$ 600 para R\$ 300. Em dezembro, o governo encerrou os pagamentos.

O professor de economia da UnB (Universidade de Brasília), Roberto Piscitelli, também avalia que a suspensão dos cortes impactou a redução da inadimplência. "Nessas contas, a inadimplência é mais tolerável, com juros baixos e mesmo antes da pandemia havia um prazo para a interrupção dos serviços, não era imediato", avalia.

Normalmente, o prazo para o corte do serviço por falta de pagamento é de 90 dias (3 meses).

Outro fator que contribuiu com o aumento da inadimplência é a alta dos preços dos alimentos e combustíveis nos últimos meses.

"A gasolina pressionou muito o orçamento, especialmente da classe média, no fim do ano passado e no início de 2021. Alimentos pesam mais na baixa renda", aponta. Além disso, o mercado de trabalho ainda sofre com os impactos da crise. "Recuperou-se pouco da renda do trabalho. É uma situação crítica", diz Neri.

Embora os calotes nas contas básicas tenham crescido, a inadimplência geral (considerando produtos financeiros e de crédito) diminuiu na pan-



Pode ser uma forma de se financiar na pandemia, ter recursos em momento de incerteza. Se a pessoa perdeu renda e sabe que não terá o serviço cortado, ela pode optar por pagar outra conta

Marcelo Neri
diretor da
FGV Social

demia. A falta de pagamentos com empréstimos e cartão de crédito, por exemplo, diminuiu 0,5 ponto entre novembro e dezembro e ficou em 27,3%, menor valor da série.

A queda pode ser explicada pelo auxílio emergencial e pelo freio no consumo — aqueles que não perderam renda gastaram menos tanto pelas incertezas quanto pelas restrições de mobilidade e guardaram recursos, o que também contribuiu para a diminuição dos calotes. Outros também aproveitaram para colocar as contas em dia.

Além disso, os bancos prorrogaram parcelas de empréstimos, o que evitou que muitos clientes ficassem com o nome sujo. “O auxílio emergencial promoveu uma espécie de saneamento nas contas dos brasileiros. As taxas de juros também caíram e o crédito ficou mais barato”, diz Piscitelli.

Em dezembro, segundo dados da Serasa, 61,4 milhões de pessoas estavam com o nome sujo, 3,4 milhões a menos que em março, quando o coronavírus chegou ao país. Apesar da queda, isso significa que quase 30% de toda a população brasileira tem dívida em atraso.

Cresce a inadimplência em contas de consumo

